



**SEC-BA**

*Professor da Educação Profissional*

## LINGUAGENS

Leitura e atribuição de sentidos de textos verbais e não verbais extraídos de livros, periódicos contemporâneos em meios impressos e eletrônicos.....	1
Textos mistos: verbais e não verbais inclusive imagéticos.....	8
Semântica e o sentido das palavras: relação entre significantes (sinais, símbolos, palavras e frases).....	14
Pontuação e seus recursos sintático-semânticos .....	20
Questões .....	25
Gabarito.....	29

## CONHECIMENTOS CONTEXTUAIS

Conhecimentos contextualizados à realidade brasileira contemporânea e suas demandas socioambientais, políticas e econômicas.....	1
Temas de interesse do mundo globalizado pautados pelas diversas mídias. Temas de repercussão e relevância veiculados nas mídias em âmbito nacional e local .....	6
Visão crítica frente aos desafios apresentados no cenário contemporâneo global, especificamente no Brasil e as relações com a educação brasileira .....	12
Questões .....	17
Gabarito.....	19

## NOÇÕES DE IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

Constituição da República Federativa do Brasil (art. 1º, 3º, 4º e 5º).....	1
Constituição do Estado da Bahia, (cap. XXIII “do negro” e capítulo XXIV – “do índio”).....	10
Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (preâmbulo e parte I do Decreto Federal nº 5.051/2004), Consolidado pelo Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.....	11
Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial).....	21
Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) e Lei Federal nº 9.459, de 13 de maio de 1997 (tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).....	33
Decreto Federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969 (Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial).....	36

# SUMÁRIO



Decreto federal nº 4.377, De 13 de setembro de 2002 (convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).....	45
Lei federal nº 11.340, De 7 de agosto de 2006 (lei maria da penha) .....	55
Código penal brasileiro (art. 140) .....	66
Lei federal nº 9.455, De 7 de abril de 1997 (crime de tortura) .....	67
Lei federal nº 2.889, De 1º de outubro de 1956 (define e pune o crime de genocídio)..	68
Lei federal nº 7.437, De 20 de dezembro de 1985 (lei caó).....	69
Lei estadual nº 10.549, De 28 de dezembro de 2006 (secretaria de promoção da igualdade racial); alterada pela lei estadual nº 12.212, De 04 de maio de 2011 .....	70
Lei federal nº 10.678, De 23 de maio de 2003, com as alterações da lei federal nº 13.341, De 29 de setembro de 2016 (referente à secretaria de políticas de promoção da igualdade racial da presidência da república) .....	75
Questões .....	75
Gabarito.....	82

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei federal nº 9.394, De 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Ldben) .....	1
Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. ....	33
Portaria mec nº 2.116, De 6 de dezembro de 2019, que estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o programa de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral - emti.....	44
Concepção histórico-crítica da educação.....	49
Concepções do ensino médio integrado, a politécnica e a educação omnilateral.....	57
Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.....	62
Trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico .....	65
Projeto político pedagógico da escola.....	68
Concepções, práticas e desafios em avaliação da aprendizagem .....	72
Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico .....	74
A trajetória da educação profissional e tecnológica na perspectiva do jovem e adulto .	76
Cury, carlos roberto jamil. Vinte anos da lei de diretrizes e bases da educação nacional (Ldben). Jornal de políticas educacionais, [s.L.], V. 10, N. 20, Jun. 2017. Issn 1981-1969.....	78
Leite, s. A. S, (org.). Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos eja. São paulo: cortez, 2013.....	79
Leite, s. F. O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade eja no brasil: um resgate histórico e legal. Curitiba: crv, 2013 .....	80
Libâneo, josé carlos, oliveira, joão ferreira de, toshi, mirza seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. Ed. Rev. E ampl. - São paulo: cortez, 2012.....	81
Saviani, dermeval. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. Educação & sociedade [online]. 2010, V. 31, N. 112 , Pp. 769-787. Disponível em: epub 04 nov 2010. Issn 1678-4626	82
Questões .....	83
Gabarito.....	92

# SUMÁRIO



### LEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

A leitura é um processo cognitivo e interpretativo no qual o leitor atribui significados ao texto com base em seu repertório cultural, contexto social e conhecimentos prévios. Não se trata apenas de decodificar palavras e frases, mas de compreender as intenções comunicativas do autor, identificar relações intertextuais e captar mensagens implícitas.

A construção de sentidos ocorre de maneira dinâmica e interativa. O leitor não é um mero receptor passivo de informações, mas um agente ativo que relaciona o conteúdo do texto com sua própria experiência. Assim, um mesmo texto pode ser interpretado de diferentes formas, dependendo do contexto e do leitor.

#### ► O Papel do Leitor na Construção de Sentidos

Segundo a teoria da recepção, o leitor desempenha um papel essencial na construção de significados. Ele não apenas absorve as informações do texto, mas também as reorganiza mentalmente, complementando-as com seus conhecimentos prévios e atribuindo-lhes valor.

Há três níveis principais de leitura:

- **Leitura literal:** Foca no que está explicitamente dito no texto, compreendendo seu significado superficial.
  - **Leitura inferencial:** Exige a capacidade de interpretar informações implícitas, deduzindo relações lógicas e contextuais.
  - **Leitura crítica:** Analisa o texto em sua totalidade, considerando aspectos ideológicos, argumentativos e intertextuais.
- **Exemplo:** Em uma notícia sobre mudanças climáticas, a leitura literal identificaria os dados apresentados, a inferencial deduziria causas e consequências, e a crítica questionaria a fonte e a intenção do autor.

#### ► Elementos que Influenciam a Construção de Sentidos

Diversos fatores afetam a interpretação de um texto, entre os quais se destacam:

- **Contexto:** A situação histórica, social e cultural em que o texto foi produzido e lido interfere diretamente na construção de sentidos.
  - **Intenção comunicativa:** O autor pode querer informar, persuadir, criticar ou entreter, e o leitor deve identificar essa intenção para compreender o texto corretamente.
  - **Gênero textual:** Cada tipo de texto segue normas específicas. Um artigo de opinião, por exemplo, traz argumentação e subjetividade, enquanto uma notícia busca objetividade.
  - **Intertextualidade:** Muitas vezes, um texto faz referência a outros textos ou discursos, ampliando seus significados.
- **Exemplo:** Um meme na internet pode conter uma citação literária que só será compreendida plenamente por leitores familiarizados com a obra original.

#### ► O Papel do Texto na Construção de Sentidos

Além do leitor, o próprio texto possui características que direcionam a interpretação. Entre os principais aspectos textuais que influenciam a leitura, destacam-se:

- **Coesão e coerência:** Um texto bem estruturado facilita a compreensão. A falta de conexão lógica entre as ideias pode gerar múltiplas interpretações ou dificultar a leitura.
- **Linguagem e estilo:** O uso de metáforas, ironia, polissemia e outros recursos linguísticos pode ampliar ou



## **A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL**

O Brasil possui uma das maiores riquezas naturais do planeta, com biomas diversos, grande disponibilidade de recursos hídricos e uma biodiversidade única. No entanto, os desafios socioambientais enfrentados pelo país são complexos e envolvem questões como desmatamento, poluição, crescimento urbano desordenado e impactos das mudanças climáticas. O desenvolvimento sustentável exige soluções que conciliem o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar social.

### **► Os Impactos do Desmatamento e da Degradação Ambiental**

#### **Desmatamento na Amazônia e em outros biomas:**

O desmatamento é um dos principais problemas ambientais do Brasil. A Amazônia, considerada a maior floresta tropical do mundo, tem sofrido com o avanço da exploração ilegal de madeira, a expansão agropecuária e as queimadas. Outros biomas, como o Cerrado, a Mata Atlântica e o Pantanal, também enfrentam processos de degradação devido à expansão das atividades humanas.

O desmatamento não só reduz a biodiversidade, mas também contribui para as mudanças climáticas, já que a vegetação tem papel fundamental na absorção de gás carbônico da atmosfera. Além disso, a perda de áreas florestais impacta populações tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, que dependem da floresta para sua sobrevivência.

#### **Erosão do solo e impactos na produção agrícola:**

A degradação do solo é uma consequência do desmatamento e do uso intensivo da terra sem técnicas adequadas de manejo. A erosão reduz a fertilidade do solo, afetando a produção agrícola e elevando os custos para os agricultores. O uso excessivo de pesticidas e fertilizantes químicos também compromete a qualidade do solo e contamina rios e aquíferos.

Para minimizar esses impactos, práticas como o plantio direto, a rotação de culturas e o reflorestamento de áreas degradadas são essenciais para manter a sustentabilidade da produção agrícola no Brasil.

#### **Perda de biodiversidade e impactos no equilíbrio ecológico:**

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade do planeta, mas a destruição dos habitats naturais ameaça diversas espécies de fauna e flora. O tráfico de animais silvestres, a contaminação dos rios e o desmatamento aceleram a extinção de espécies e comprometem o equilíbrio dos ecossistemas.

A perda de biodiversidade afeta diretamente a saúde humana e a economia, pois muitas espécies desempenham papéis fundamentais na polinização, no controle de pragas e na manutenção dos recursos hídricos. A criação de unidades de conservação e o fortalecimento da fiscalização ambiental são medidas essenciais para proteger os ecossistemas brasileiros.

### **► Poluição e Gestão de Resíduos**

#### **Poluição do ar e seus impactos na saúde:**

As grandes cidades brasileiras enfrentam altos índices de poluição do ar devido à queima de combustíveis fósseis por veículos e indústrias. Essa poluição está associada ao aumento de doenças respiratórias, como asma e bronquite, afetando principalmente crianças e idosos.



## — Dos Princípios Fundamentais

### Forma, Sistema e Fundamentos da República

#### – Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

#### – Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

#### – Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

#### – Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

#### – Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

#### – Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

*Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II  
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)